EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES E RENDAS DAS FAMÍLIAS RURAIS: RIO GRANDE DO SUL, ANOS 90[1]

Rubens Savaris Leal[*]
Marcelino de Souza[**]

RESUMO

Este trabalho analisa a evolução das ocupações e rendas das famílias rurais do estado do Rio Grande do Sul na década de 1990. Utilizam-se como base as Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) do período de 1992-1999. As estimativas mostram que as pluriatividades intersetorial e tradicional mostraram retração entre as famílias do universo da agricultura familiar. A renda média das famílias permaneceu estagnada; a proporção de aposentadorias e pensões das rendas adquiriu maior significado na composição das famílias de conta-própria agrícola e conta-própria com pluriatividade tradicional e não desejada e as rendas per capita *mostraram-se menores nas famílias com pluriatividade não desejada no grupo de famílias conta-própria e de empregado, indicando a precariedade desse tipo de combinação.*

Palavras-chave: pluriatividade, desenvolvimento rural, ocupação e renda.

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento do comportamento das ocupações e das rendas das famílias rurais constitui instrumento indispensável para a adequada formulação de políticas públicas. Contudo, ainda que sejam extremamente importantes, as estatísticas necessárias ao seu aferimento nem sempre estão disponíveis.

As dificuldades das pesquisas decorrem, sobretudo, do fato de que as ocupações e as rendas das famílias rurais englobam muitos fatores, os quais dificultam a análise dos problemas relativos à mesma. A título de exemplo, citam-se alguns deles: as flutuações

[*] Bacharel em Ciências Contábeis, mestre em Extensão Rural. E-mail: rubens.leal@mail.ufsm.br. Endereço: Curso de Pós-graduação em Extensão Rural – Campus Universitário, Faixa de Camobi, Km 9. Santa Maria - RS – CEP 97015-900.

[**] Professor Adjunto do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. E-mail: marcelino.souza@uol.com.br. Endereço: Curso de Pós-graduação em Extensão Rural – Campus Universitário, Faixa de Camobi, Km 9. Santa Maria - RS – CEP 97015-900.

[1] Artigo apresentado no XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober) realizado na cidade de Juiz de Fora - MG em julho de 2003.

das ocupações e das rendas agrícolas podem ser muito grandes de ano para ano; variam entre regiões, tipos de produção, tamanho das explorações etc. Em acréscimo, nos dias atuais, os agricultores confrontam-se com rendas líquidas agrícolas estagnadas ou em declínio e estão, gradativamente, se dirigindo a suplementá-las com outras fontes. Essas rendas assumem uma proporção de destaque para numerosas famílias e seu impacto não deve ser negligenciado. Esses aspectos dificultam uma abordagem uniforme da questão das ocupações e das rendas, mas reforçam a necessidade de sua compreensão.

Apesar das limitações para a utilização dos dados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontadas por Graziano da Silva e Del Grossi (2001), estas representam ainda a mais atualizada e abrangente base de dados do país. Portanto, o objetivo deste trabalho consiste em interpretar os resultados das tabulações especiais das PNADs, analisando as formas de ocupação e as rendas de alguns tipos de famílias na região rural do estado do Rio Grande do Sul na década de 1990. Este artigo compõe-se de três partes, além desta introdução: na segunda seção, apresenta-se a metodologia; na terceira, analisam-se as tabelas com os dados referentes às ocupações e rendas das famílias e, finalmente, na última, destacam-se as principais conclusões.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As informações foram obtidas por meio de tabulações especiais realizadas a partir das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios do período 1992-1999 realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Utilizaram-se os dados das PNADs por terem um caráter demográfico, isto é, levantam todas as informações dos domicílios e não se restringem às informações das atividades de produção agropecuária das áreas rurais. As melhores informações sobre as ocupações são as demográficas por serem atualizadas anualmente, segundo Del Grossi (1999).

Todos os dados obtidos referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de dez anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa, geralmente a última semana do mês de setembro. Os anos selecionados foram somente os das PNADs da década de 1990 e compreenderam os seguintes: 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999. A PNAD não foi realizada em 1991 e 1994, o primeiro porque sempre que o IBGE realiza o censo não faz PNAD e o segundo em razão de impedimento técnico.

Apesar de já se encontrarem disponíveis os dados da PNAD de 2001, o IBGE ainda não divulgou os novos pesos necessários para a expansão da mesma na década de 1990. Esses pesos são relativos ao censo demográfico de 2000. Como se sabe, quanto mais

distante do último censo, mais os dados das PNADs são defasados. Todavia, a utilização dos novos pesos, costumeiramente, não causa variações significativas nos valores das tabelas, tampouco reverte ou anula tendências já observadas anteriormente.

2.1 O trabalho das pessoas

A coleta de informações nas pesquisas das PNADs leva em conta todos os residentes do domicílio aos quais são feitas indagações sobre as seguintes variáveis, entre outras, idade, local de nascimento, escolaridade, número de filhos etc. Todavia, também se pergunta acerca do trabalho das pessoas residentes. Antes de preencher o questionário da pesquisa, o entrevistador explica ao entrevistado que o mês de referência é o de setembro, ou seja, todas as perguntas serão referenciadas aos acontecimentos deste último mês. As perguntas também são feitas em relação à última semana desse mês e, ainda, se possível, ao dia 30 de setembro. Esses são os vários períodos de referência adotados nesta pesquisa.

Para as questões de trabalho, o entrevistador indaga sobre se todas as pessoas exerceram alguma atividade de, pelo menos, uma hora na semana, quer seja em negócio próprio ou de empregador, quer seja na construção ou na produção de artigos de uso ou de consumo familiar. Se a pessoa realizou algum tipo de trabalho ou atividade na última semana de setembro, faz-se uma série de perguntas sobre o desempenho dessa tarefa, como: qual era a ocupação no trabalho, qual o ramo de atividade em que ele(a) trabalhou, qual o número de horas que ele(a) gastou nessa atividade, qual a renda obtida, entre outras. Antes de 1992 a PNAD não considerava como ocupadas as pessoas que trabalhavam menos de 15 horas na semana de referência na produção para o autoconsumo ou na construção para uso da família, nem os trabalhadores não remunerados.

Infelizmente, essas mudanças no conceito de trabalho impossibilitavam a comparação direta dos dados publicados das PNADs de 1992 a 1999 com as anteriores.[2] Contudo, a partir dos microdados foi possível reconstruir a série de 1981 a 1999, utilizando-se os mesmos critérios da década de 1980, excluindo-se aquelas pessoas que

[2] Por exemplo, na nova classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação que passou a ser adotada, definiram-se duas outras categorias decorrentes da ampliação do conceito de trabalho (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso) e isolou-se uma categoria específica, que recebeu a denominação de "trabalhadores domésticos", "para abarcar todas as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado". Além da inclusão das novas categorias citadas, o IBGE passou a considerar como ocupadas as pessoas de dez anos e mais que realizaram algum trabalho não remunerado durante, pelo menos, uma hora na semana de referência (ou seja, oito minutos e 34 segundos por dia), ao invés das 15 horas anteriormente exigidas (DEL GROSSI; SILVA, 2000).

eram consideradas como ocupadas, conforme expressam Graziano da Silva e Del Grossi (2001).

Para melhor delinear o aspecto econômico da família, neste artigo utiliza-se sempre essa série reconstituída a partir dos microdados, que se denominará, doravante, de "população economicamente ativa (PEA) usual ou restrita", para distinguir dos dados publicados de 1992 a 1999, aos quais designamos de "PEA ampliada". A utilização desse conceito se deve à opção pela análise do trabalho que gera valor de troca na economia familiar. Já está comprovado que o conceito de trabalho "ampliado" considerou principalmente os trabalhos referentes a cuidados na horta e de pequenos animais, com apenas valor de uso para o consumo familiar (DEL GROSSI, 1999).

Vale a pena destacar que a PEA agrícola pode variar de acordo com o período de referência adotado para a definição da atividade principal da pessoa entrevistada porque existe uma enorme alteração sazonal das atividades agropecuárias. Como na definição usual da PEA adotada pelo IBGE, toma-se como critério sempre a última semana de setembro, esse será também o período de referência considerado, ainda que se reconheça que se pode estar subestimando o número de pessoas que declaram como ocupação principal as atividades agrícolas durante o ano.[3]

2.2 A unidade de análise e a tipologia das famílias

Para compreender a unidade de análise, devem ser esclarecidas as incongruências encontradas nos conceitos de "domicílios" e de "família" das PNADs (DEL GROSSI e SILVA apud NASCIMENTO, 2002, p. 110). Para uma melhor definição, os autores utilizaram na análise dos dados das PNADs os "domicílios particulares permanentes", não sendo incluída a contagem dos empregados domésticos, dos pensionistas e dos parentes dos empregados domésticos. Definiu-se aí a unidade de análise que será utilizada no estudo dentro do projeto Rurbano,[4] denominada de "família extensa". Incluíram-se, ainda, os agregados e os parentes da família nuclear que residem no mesmo domicílio, desde que não se constituíssem em outro casal (NASCIMENTO, 2002, p. 111).

A chamada "família extensa" comporta, além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio; assim, não foram considerados na análise os

[3] As novas PNADs pesquisaram dois períodos de referência: o ano e a semana anterior à data do levantamento.

[4] O projeto é uma pesquisa mais ampla, coordenado pelo Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da Unicamp e envolvendo várias instituições de pesquisas. Os dados utilizados neste trabalho de pesquisa foram processados no âmbito desse projeto de pesquisa. Para maiores informações, consultar http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.

empregados domésticos e pensionistas que pagam pensão ao chefe do domicílio. A composição da família extensa deu-se através da junção dos membros denominados "pessoas de referência", "cônjuge", "filhos", "outros parentes" e "agregados". Utilizou-se a tipologia do projeto Rurbano de famílias, que as classifica por local de domicílio e posição na ocupação (empregadores, conta própria e assalariados).

No Quadro 1 representam-se, esquematicamente, a tipologia das famílias utilizada neste estudo, as suas subdivisões e definições. A classificação das famílias de acordo com a posição na ocupação permitiu agrupá-las em seis tipos. Além disso, uma nova tipologia de famílias, compreendendo quatro tipos de famílias pluriativas, foi apresentada por Nascimento (2002) e é aqui utilizada correspondendo a uma combinação específica de atividades.

2.3 As rendas das famílias nas PNADs

Uma das questões mais importantes em relação à análise das rendas diz respeito à subestimação de valores, mais precisamente, das rendas maiores, conforme Hoffmann (1988). Além disso, os resultados apresentam uma certa distorção, referente a todas as declarações de rendas que não possuem a característica de serem mensais e fixas.

Uma questão adicional diz respeito à comparabilidade das rendas das PNADs nos diferentes anos. Optou-se por simplesmente abandonar a utilização e análise dos anos de 1992 e 1993 e tomaram-se apenas os anos de 1995 a 1999, porque os dados mostram grandes diferenças, as quais devem estar associadas ao efeito da utilização do deflator, que não consegue eliminar as distorções em face dos dois planos de estabilização econômica.[5] O deflator que permitiu uma melhor comparação dos dados foi o índice nacional de preços ao consumidor (INPC) (restrito), o mesmo utilizado pelo IBGE.

2.4 Definições de rural e urbano utilizadas pelo IBGE e suas aberturas geográficas

Convém ressaltar as definições quanto à situação do domicílio e das novas aberturas introduzidas pelo IBGE a partir do Censo de 1991. Até essa data, o IBGE apoiava-se, exclusivamente, na definição da delimitação dos perímetros urbanos, definidos pela legislação municipal vigente no período do censo demográfico, para determinar a situação do domicílio. A partir do Censo Demográfico de 1991, outras unidades territoriais

[5] O Plano Collor e o Plano Real formaram um conjunto de medidas que visava promover a estabilização monetária. Em 1992, as rendas declaradas nas PNADs refletiam a aguda recessão em que se encontrava no país, decorrente do fracasso do Plano Collor em 1991.

Quadro 1 – Tipologia das famílias conforme a posição na ocupação e atividades exercidas

Fonte: Elaboração dos autores (2004).

foram introduzidas, o que resultou em oito subníveis de agregação. No âmbito do projeto Rurbano, procedeu-se ao agrupamento das áreas nos grupos de domicílios conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – As novas aberturas geográficas e os agrupamentos

Definições de rural e urbano do IBGE.			Agrupamentos do Projeto Rurbano
1	Urbano exclusive	Áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios.	Urbano: engloba a situação 1
2	Urbanas não urbanizadas	Áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas.	Periferia: engloba as situações 2 e 4.
3	Urbano isoladas	Englobam as áreas urbanas isoladas, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.	
4	Rural extensão urbana	Áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios, resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram anexadas legalmente ao perímetro urbano do município.	
5	Rural povoado	Aglomerações existentes no meio rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes formando área continuamente construída.	Distritos e povoados: engloba as situações 3, 5 e 7.
6	Rural núcleo	Aglomerados rurais isolados, cujo solo pertence a um único proprietário e que dispõem ou não de serviços e equipamentos definidores dos povoados.	
7	Rural outro	Aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário.	Rural agropecuário: engloba as situações 6 e 8.
8	Rural exclusive	Áreas que não atendam a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como área rural propriamente dita.	

Fonte: Elaboração dos autores, com base nas informações do IBGE, (2004).

Ainda, foi possível aprimorar a descrição dos resultados da PNAD, quanto à situação do domicílio, pela identificação do tipo de município onde foi realizada a amostra. Assim, podem-se identificar as regiões metropolitana e não metropolitana: *metropolitana*, representada pelo conjunto de municípios que compõem uma região metropolitana

legalmente constituída; *não metropolitana*, representada pelo conjunto de municípios grandes e pequenos no interior dos estados e que não constituem regiões metropolitanas. Conforme as divisões de metropolitano e não-metropolitano, optou-se por analisar as informações relativas do *rural agropecuário não metropolitano* no estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista que outros estudos, em especial o de Nascimento (2002), mostraram ser esta a região mais adequada para a análise.

3 EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES E DAS RENDAS DAS FAMÍLIAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3.1 Evolução dos tipos de famílias

A fim de se poder verificar o comportamento evolutivo das famílias rurais na década de 1990, apresenta-se na Tabela 1 uma síntese das informações, dos tipos de famílias extensas, classificadas segundo o local de domicílio (não metropolitano rural agropecuário), e a posição na ocupação (empregadores, empregados e conta-própria) no Rio Grande do Sul.

As informações revelam a existência de uma tendência de crescimento significativo no número de famílias extensas na região do rural agropecuário do estado como um todo. Essa tendência de crescimento origina-se dos resultados das tendências apresentadas pelas famílias de não-ocupados,[6] mas também pelas tendências apresentadas pelas famílias de empregados, empregadoras totais e conta-própria, cujos membros estão envolvidos em atividades exclusivamente não agrícolas. Isso mostra a existência de um processo inicial de recuperação do meio rural gaúcho com base no envolvimento das famílias em atividades não agrícolas, ainda não seja capaz de reverter as tendências de êxodo rural da região Sul em sua totalidade, como demonstraram Del Grossi et al. (2001).

Cabe aqui fazer uma certa diferenciação em relação às famílias não agrícolas: no caso das famílias empregadoras e de conta-própria, atestam-se tendências confiáveis de crescimento somente naquelas que possuem todos os membros envolvidos em atividades não agrícolas, já que não existem informações acerca da combinação de atividades não agrícolas e trabalho doméstico neste grupo. Todavia, no grupo das famílias de

[6] Por questão de espaço não faremos uma discussão detalhada acerca desse grupo de famílias. Entretanto, cabe enfatizar que a tendência confiável de crescimento apresentado por esse grupo deve-se à forte tendência de crescimento (5,7% ao ano) evidenciada sobretudo pelas famílias compostas exclusivamente de aposentados e pensionistas.

empregados, as tendências de crescimento significativas ocorrem tanto em relação àquelas cujos membros declararam envolvimento em atividades exclusivamente não agrícolas como àquelas que combinam atividades não agrícolas e trabalho doméstico; neste último caso, a taxa é bem mais alta.

Tabela 1 – Evolução das famílias segundo a situação de domicílio, a área censitária e o tipo de família. Estado do Rio Grande do Sul, 1992-1999. (1000 famílias)

Área censitária / tipo de família /setor principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa de crescimento 1992/99	
Não metropolitano rural agropecuário	511	512	515	513	518	521	529	0,4	***
Empregador total	30	28	28	21	36	20	24	-3,3	
Agrícola	13	13	7	10	17	9	9	-3,3	
Pluriativo	14	10	14	6	10	5	8	-9,7	*
Agrícola+não agrícola	7	5	8	6	6	5	5	-1,9	
Não agrícola	3	5	6	5	9	6	7	9,6	**
Não agrícola	3	5	6	4	9	6	7	9,5	**
Conta própria	314	319	319	326	295	308	286	-1,2	*
Agrícola	203	227	213	223	198	206	190	-1,3	
Pluriativo	95	70	77	68	64	72	58	-4,6	***
Agrícola+agrícola	19	12	13	12	14	9	8	-8,2	***
Agrícola+não agrícola	64	49	55	46	43	49	43	-4,2	***
Agrícola+trab. dom.	9	6	7	7	6	11	7	-0,1	
Não agrícola	17	22	29	35	33	30	37	10,4	***
Não agrícola	16	21	28	34	29	27	35	9,6	***
Empregados	132	131	126	128	144	150	169	3,3	***
Agrícola	66	55	58	46	54	60	71	0,7	
Agrícola	62	51	53	43	50	55	69	0,9	
Pluriativo	19	22	14	24	22	14	23	-0,2	
Agrícola+não agrícola	14	12	8	13	10	7	12	-4,0	
Agrícola+trab. dom.	3	9	5	9	11	6	8	8,4	
Não agrícola	47	54	54	59	68	75	75	7,0	***
Não agrícola	39	47	42	45	58	60	65	6,9	***
Não agrícola+trab. dom.	8	7	12	14	10	15	11	8,1	**
Não ocupados	35	34	43	38	42	44	50	5,1	***

***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão *log-linear* contra o tempo.

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, junho de 2001.

O crescimento do número de famílias de empregados não agrícolas e, em especial, das famílias que combinam atividades não agrícolas com o trabalho doméstico pode se

explicar por duas décadas de estagnação da economia brasileira, visto que a geração de ocupações nesse setor não necessita de investimento de capital, pois é remunerada por rendas pessoais; por isso, ocorre apenas uma redistribuição de rendas pessoais sem, contudo, proporcionar uma geração de outros empregos produtivos. Ressalta-se ainda o fato de essas formas de ocupação "constituírem um bolsão de ocupações para a mão-de-obra feminina no Brasil, porque constitui culturalmente o lugar da mulher e a execução dessas tarefas não exige nenhuma qualificação" (Mello, 1998, p. 120). Em síntese, a dinâmica que gera o emprego doméstico é o resultado das rendas derivadas de um padrão muito concentrado existente no país e que, de certa maneira, predomina em outros estados, como o Rio Grande do Sul.

Quanto à questão da pluriatividade, pode-se observar, inicialmente, que não apresenta tendência significativa de crescimento em nenhum dos tipos de famílias; ao contrário, tanto no grupo das famílias empregadoras totais como no grupo das de conta-própria, apresentam-se tendências de redução. No caso das famílias do tipo empregador total, verifica-se uma nítida e significativa tendência de queda, provavelmente em razão da tendência de queda, ainda que não confiável, do número de famílias empregadoras que combinavam atividades agrícolas e não agrícolas, a chamada "pluriatividade intersetorial". A pluriatividade tradicional (combinação de atividade agrícola com atividade agrícola), como já se poderia esperar, é irrelevante nesse tipo de família. Em relação às famílias de conta-própria, há uma tendência de queda da pluriatividade, que se vincula tanto à redução significativa do número de famílias que utilizavam o recurso da pluriatividade *tradicional* como ao recurso à pluriatividade *intersetorial* ou pluriatividade *desejada*, já que a combinação da atividade agrícola com o trabalho doméstico, ou pluriatividade não desejada, revelou-se estagnada no período analisado.

Os resultados estão em sintonia com os apresentados por Nascimento (2002) quando analisou o Brasil e as suas grandes regiões. As explicações encontradas pelo autor para as tendências de queda da pluriatividade entre as famílias rurais da região Sul do Brasil dizem respeito a uma série de aspectos que, apesar de aparentemente distintos, interagem mutuamente. Segundo o autor, a queda da *pluriatividade tradicional* na região Sul do Brasil pode ser explicada por uma forte mudança no ambiente econômico, tornando-o muito mais competitivo e gerando uma crise agrícola sem precedentes na década de 1990, aliada a uma ausência de incentivo para as famílias manterem as suas atividades agrícolas. Também a criação do Mercosul na região pode ter exercido um papel de destaque. Em relação à redução da pluriatividade desejada, deve-se tanto ao processo

de reestruturação produtiva, com uma forte desvalorização cambial[7] ocorrida em meados da década de 1990, como à ocorrência do fenômeno de "deslocalização" industrial (expressão utilizada por Bourgeois, 1993)– com o deslocamento tanto de agroindústrias e indústrias de bens de consumo popular, em especial da indústria calçadista e têxtil para outras regiões do país onde a mão-de-obra se apresenta com custos menores e com menor poder de organização sindical.

3.2 Evolução das rendas médias das famílias: Rio Grande do Sul, 1995-1999

Outro aspecto importante na análise da pluriatividade é a questão da evolução e composição das rendas das famílias rurais. Nesse sentido, a Tabela 2 apresenta os resultados das tabulações especiais obtidas a partir das informações das PNADs relativas ao período 1995-1999 das rendas médias das famílias extensas residentes nas áreas rurais agropecuárias.

A análise da Tabela 2 permite observar que, na região como um todo, existe uma estagnação nas rendas das famílias. A renda média familiar da região não metropolitana do rural agropecuário alcançou o valor de apenas R$ 619,63 em 1999. Além disso, a renda das famílias agrícolas, de uma forma geral, é uma das mais baixas. O caso das famílias de empregados agrícolas é emblemático: têm rendas inferiores às rendas médias das famílias de não ocupados. Analisando cada um dos tipos de famílias separadamente, pode-se verificar que as famílias empregadoras foram as únicas a apresentar tendências de crescimento, quer sejam famílias agrícolas,[8] pluriativas intersetoriais e não agrícolas.

Observa-se que é o único caso em que a pluriatividade desejada apresentou uma tendência positiva e significativa de crescimento (21,4%). A tendência de crescimento das rendas agrícolas também chama atenção: atingiu uma taxa de 9,8% ao ano. Todavia, as famílias empregadoras com atividades não agrícolas apresentaram uma tendência extremamente forte.

---

[7] Nesse aspecto, Vasconcelos e Fraquelli (1999, p. 13) destacam que "o comportamento da indústria do Rio Grande do Sul, na década de 90, foi negativamente afetado, de forma bastante intensa pelos resultados do ano de 1995 [...]. Um dos fatores que influenciaram esse desempenho foi a valorização do câmbio, após a implementação do Plano Real, que reduziu a competitividade internacional de importantes segmentos da economia do estado, como é o caso da indústria de calçados".

[8] Os únicos tipos de famílias que apresentaram tendências significativas de crescimento das rendas médias foram aquelas do grupo das famílias empregadoras com até dois empregados e agrícolas, cuja taxa de crescimento foi de 15,3% ao ano na abertura geográfica analisada. Por questão de espaço, deixamos de apresentar os resultados na tabela.

No caso das famílias de conta-própria, a única tendência significativa é o decréscimo das rendas médias das famílias pluriativas que combinam atividades agrícolas com outras atividades agrícolas, a chamada "pluriatividade tradicional", que também contribui para explicar a redução significativa do número de famílias mencionado na Tabela 1.

Tabela 2 – Evolução das rendas médias das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e os tipos de famílias. Rio Grande do Sul, 1995-1999

Área censitária / tipo de família	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa de crescimento 1992/99 % a. a.
Não metropolitano rural agropecuário	605,38	573,10	570,07	572,41	619,63	0,5
Empregador total	2.149,54	991,66	1.205,39	1.862,22	2.234,87	7,3
Agrícola	1.034,31	998,47	1.199,20	1.535,73	1.331,91	9,8 **
Pluriativo	0,00	1.149,65	1.072,43	2.543,72	2.630,54	
Agrícola+não agrícola	1.713,80	1.149,65	1.201,70	2.543,72	3.033,52	21,4 *
Não agrícola	1.289,16	798,52	1.368,38	1.725,03	2.919,69	27,2 **
Não agrícola	1.289,16	794,87	1.368,38	1.725,03	2.919,69	27,2 *
Conta própria	579,51	628,69	587,43	594,39	632,89	1,2
Agrícola	488,84	569,99	531,83	497,62	518,68	-0,2
Pluriativo	800,18	819,30	771,88	693,01	870,36	0,0
Agrícola+agrícola	774,65	679,42	622,05	435,95	578,53	-9,8 *
Agrícola+não agrícola	846,07	881,41	868,49	779,36	984,37	1,8
Agrícola+trab. doméstico	504,46	647,71	412,46	472,11	493,21	-3,5
Não agrícola	675,58	634,18	560,34	1.035,84	859,99	10,2
Não agrícola	690,73	640,98	559,32	1.037,95	854,14	9,5
Empregados	438,03	448,11	451,88	445,98	454,60	0,7 *
Agrícola	293,78	282,20	298,90	277,51	304,26	0,5
Agrícola	278,62	282,20	291,69	246,14	302,11	0,3
Pluriativo	585,03	598,25	586,73	468,00	526,11	-4,5 *
Agrícola+não agrícola	770,14	691,30	760,43	508,84	655,47	-6,1
Agrícola+trab. dom.	383,72	422,69	329,97	412,66	340,97	-2,6
Não agrícola	553,98	516,26	527,90	575,50	574,41	1,8
Não agrícola	635,67	565,27	545,64	622,71	598,64	-0,2
Não agríc.+trab.dom.	270,07	356,98	427,41	384,87	429,00	10,5 **
Não ocupados	329,38	303,35	322,88	294,64	317,54	-1,0

***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão *log-linear* contra o tempo.

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, junho de 2001.

Em relação às famílias de empregados, há uma tendência geral de crescimento das rendas médias do grupo como um todo, o que pode ser explicado pela tendência confiável de crescimento das rendas médias dessas famílias não agrícolas, em especial daquelas que combinam atividades não agrícolas com o trabalho doméstico, já que as famílias pluriativas, como um todo, apresentaram tendências significativas de redução das rendas médias. Em todos os casos, a pluriatividade intersetorial (atividade agrícola + não agrícola) apresentou os maiores níveis de rendas médias nos distintos grupos de famílias. Todavia, a pluriatividade não desejada (atividade agrícola + trabalho doméstico) revelou-se com os menores níveis de renda entre as famílias de conta-própria e de empregados, indicando o caráter precário dessas formas de ocupação.

3.3 Composição das rendas médias das famílias: Rio Grande do Sul, 1999

Uma questão adicional diz respeito à composição das rendas médias. Assim, a Tabela 3 permite verificar os resultados das tabulações especiais referentes à composição das rendas médias dos diferentes tipos de famílias na região não metropolitana rural do rural agropecuário do Rio Grande do Sul referentemente ao ano de 1999.

Uma primeira questão que merece ser destacada é a percentagem, em geral bastante alta, de rendas oriundas de fontes não agrícolas (38,4%), mas também de aposentadorias e de pensões (17%), na composição das rendas das famílias, ainda que a percentagem da renda agrícola seja majoritária. Outro aspecto que chama atenção é a baixa percentagem (menos de 5%) das chamadas "outras rendas" na composição das rendas de quase todas as famílias, em 1999, exceto no caso das não ocupadas, que chega a representar cerca de 14%. Tal resultado está de acordo com a literatura internacional, a qual aponta que "outras fontes de renda são muito menos importantes" na composição da renda média familiar rural (Mackinon et al., 1991, p. 63). Para os autores, assim como para nós, as três fontes principais de renda são as agrícolas, não agrícolas e, mais recentemente, as transferências sociais na forma de aposentadorias e/ou pensões.

Com relação, especificamente, aos tipos de famílias, merece destaque a participação das fontes de rendas de aposentadorias e de pensões, ou seja, as transferências sociais na composição das rendas das famílias de conta-própria e agrícolas, mas também no caso das famílias que praticam pluriatividade *não desejada*. No primeiro caso, aquelas chegaram a ser de quase um quarto do total das rendas médias deste grupo de famílias naquele ano. Contudo, mais impressionante é que, no caso das famílias de conta-própria e pluriativas *tradicionais* (combinação de atividade agrícola com atividade agrícola), a proporção aumenta muito, chegando a ser quase a terceira parte da renda

média dessas famílias. Por sua vez, as famílias que recorriam à pluriatividade intersetorial ou *pluriatividade desejada* apresentavam um certo equilíbrio entre as rendas oriundas de fontes agrícolas e não agrícolas e uma percentagem inferior das fontes de renda de aposentadorias e de pensões.

Tabela 3 – Composição das rendas médias das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e os tipos de famílias. Rio Grande do Sul, 1999

Área censitária / tipo de família	Agrícola (%)	Não-Agric. (%)	Aposent. (%)	Outras (%)
Não metropolitano rural agropecuário	41,2	38,4	17,0	3,4
Empregador total	33,4	64,0	2,0	0,7
Agrícola	95,6	0,0	3,2	1,2
Pluriativo	31,8	63,9	3,3	1,0
Agrícola+não agrícola	10,5	85,7	3,5	0,4
Não agrícola	0,0	99,9	0,0	0,1
Não agrícola	0,0	99,9	0,0	0,1
Conta própria	52,0	25,5	19,0	3,5
Agrícola	73,4	0,0	23,4	3,2
Pluriativo	43,1	37,8	16,0	3,1
Agrícola+agrícola	70,7	0,0	28,3	0,9
Agrícola+não agrícola	40,0	42,5	14,1	3,5
Agrícola+trab. doméstico	46,0	29,1	23,0	1,9
Não agrícola	0,0	85,0	10,2	4,8
Não agrícola	0,0	83,7	11,1	5,2
Não agrícola+trab. dom.	0,0	99,4	0,0	0,6
Empregados	30,2	58,5	8,4	2,9
Agrícola	87,2	0,0	9,4	3,4
Agrícola	86,8	0,0	9,7	3,5
Pluriativo	37,0	50,9	9,7	2,4
Agrícola+não agrícola	31,3	55,3	10,9	2,6
Agrícola+trab. doméstico	60,7	25,4	11,4	2,5
Agríc.+não agríc.+trab. dom.	23,4	75,4	0,0	1,2
Não agrícola	0,0	89,6	7,6	2,8
Não agrícola	0,0	89,5	7,8	2,7
Não agrícola+trab. dom.	0,0	91,1	5,8	3,1
Não ocupados	0,0	0,0	86,1	13,9

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, junho de 2001.

Com respeito às famílias de empregados, a participação das rendas de aposentadorias e pensões na composição da renda média deste grupo é bem menor, correspondendo a praticamente a metade ou, mesmo, até menos da metade, quando comparadas

com as famílias de conta-própria. No caso das famílias de empregados com pluriatividade não desejada, destaca-se que a fonte de renda agrícola é bem mais importante (60,7%) do que das famílias de empregados com pluriatividade desejada (31,3%).

Com relação às famílias conta-própria não agrícolas, é importante ressaltar que a proporção da renda média não agrícola das famílias não agrícolas com trabalho doméstico ultrapassa a renda das não agrícolas sem trabalho doméstico. Uma provável explicação para esse fato pode ser oferecida pela observação do número médio de pessoas ativas nas respectivas famílias, apresentado na Tabela 4, ou seja, quanto maior é esse número, maior tende ser a renda média familiar. De fato, o número médio de pessoas ativas nas famílias de conta-própria não agrícolas é de 2,2 pessoas, ao passo que o das de conta-própria não agrícola com trabalho doméstico era de apenas 1,6 em 1999.

Tabela 4 – Evolução do número médio de pessoas ativas nas famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e o tipo de família. Rio Grande do Sul, 1992-1999

Área censitária / setor principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa de crescimento 1992/99 % a. a.	
Não metropolitano rural agropecuário	2,3	2,2	2,1	2,2	2,1	2,1	2,0	-1,8	***
Conta própria	2,8	2,7	2,6	2,6	2,6	2,6	2,5	-1,1	***
Agrícola	2,6	2,6	2,5	2,6	2,6	2,6	2,5	-0,3	
Pluriativo	3,4	3,1	3,2	3,3	2,8	3,1	3,0	-1,3	*
Agrícola+agrícola	3,4	2,4	3,0	3,3	2,6	2,8	2,8	-1,2	
Agrícola+não agrícola	3,2	3,1	3,0	3,2	2,8	2,9	3,1	-0,9	
Agrícola+trab. dom.	5,0	3,3	3,8	3,7	3,1	4,0	3,1	-3,6	
Não agrícola	2,0	1,8	1,6	1,8	1,8	1,9	1,7	-1,3	
Não agrícola	1,9	1,8	1,6	1,8	1,8	1,9	1,6	-1,2	
Empregados	1,8	1,7	1,6	1,6	1,5	1,5	1,7	-1,2	
Agrícola	1,5	1,4	1,5	1,4	1,3	1,4	1,5	-0,7	
Agrícola	1,5	1,4	1,5	1,3	1,3	1,3	1,5	-0,9	
Pluriativo	2,7	2,4	2,7	2,6	2,4	2,5	2,5	-0,7	
Agrícola+não agrícola	2,3	2,2	2,6	2,5	2,5	2,4	2,4	0,7	
Agrícola+trab. dom.	3,0	2,2	2,6	2,5	2,2	2,6	2,1	-2,6	
Não agrícola	1,8	1,7	1,5	1,4	1,4	1,5	1,7	-1,5	
Não agrícola	1,8	1,6	1,5	1,4	1,3	1,4	1,7	-1,7	
Não agrícola+trab. dom.	1,8	2,4	1,6	1,5	1,9	1,8	1,9	-1,4	

***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão *log-linear* contra o tempo.

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, junho de 2001.

Novamente, pode-se verificar na Tabela 3 que a proporção da renda não agrícola das famílias de empregados não agrícolas sem trabalho doméstico é inferior às rendas das famílias de empregados não agrícolas com trabalho doméstico. A explicação oferecida anteriormente é válida para as famílias de empregados, com a ressalva de que, neste caso, o número médio de pessoas ativas é menor, bem como a diferença.

3.4 Evolução das rendas *per capita* das famílias: Rio Grande do Sul, 1995-1999

Finalmente, apresentam-se na Tabela 5 as informações referentes à evolução das rendas *per capita* das famílias na região não metropolitana da abertura geográfica rural agropecuário do Rio Grande do Sul de 1995 a 1999. Essas rendas se constituem num bom parâmetro de avaliação do bem-estar das famílias. Por meio da tabela, pode-se verificar que a renda média *per capita* das famílias na região situou-se, em 1999, no valor de, aproximadamente, R$ 176,54, a qual se encontrava estagnada no período considerado. Analisando a evolução das rendas *per capita* em cada um dos tipos de famílias, verificam-se algumas tendências que merecem ser destacadas.

As informações da Tabela 5 também revelam que, em geral, as menores rendas médias familiares *per capita* eram as das famílias agrícolas em relação às pluriativas e não agrícolas, independentemente do tipo de família considerada (empregadora total, conta-própria e empregados). Vale destacar que a renda média *per capita* das famílias de empregados agrícolas situava-se em R$ 83,78, sendo bastante inferior à renda média *per capita* das de não-ocupados, que estava em torno de R$ 143,46 em 1999.

A respeito dos diferentes tipos de famílias pluriativas, conta-própria e empregados, os resultados mostram que as menores rendas médias familiares *per capita* em 1999 pertenciam às pluriativas intersetoriais com trabalho doméstico (não desejadas) e que as maiores rendas couberam às pluriativas intersetoriais sem trabalho doméstico, sendo estas de conta-própria e de empregados. Mais uma vez, portanto, indica-se a precariedade das formas de ocupação com trabalho doméstico no sentido de proporcionar bem-estar a seus membros.

Ao serem comparadas as rendas médias familiares *per capita* das famílias agrícolas e pluriativas *com* trabalho doméstico, pode-se observar que, no que diz respeito às famílias de conta-própria e de empregados, as rendas das famílias agrícolas são maiores que as rendas médias *per capita* das famílias com pluriatividade não desejada, em 1999.

Com respeito às rendas médias *per capita* das famílias de conta-própria não agrícolas sem trabalho doméstico, apresentavam-se em níveis inferiores em relação às não agrícolas com trabalho doméstico, provavelmente pelo número insuficiente de infor-

mações disponíveis. Ao contrário, no caso das rendas médias *per capita* das famílias de empregados não agrícolas, quando estas combinavam trabalho doméstico, as rendas eram inferiores às rendas de suas congêneres sem trabalho doméstico em 1999.

Tabela 5 – Evolução das rendas *per capita* das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e os tipos de famílias. Rio Grande do Sul, 1995-1999

Área censitária / tipo de família	1995 (R$)	1996 (R$)	1997 (R$)	1998 (R$)	1999 (R$)	Taxa de crescimento 1995/99 % a. a.	
Não metropolitano rural agropecuário	169,10	158,51	160,80	160,24	176,54	1,0	
Empregador total	531,44	291,99	321,46	472,64	582,39	6,9	
Agrícola	248,23	356,84	345,65	411,31	409,93	12,1	***
Pluriativo	0,00	252,66	264,23	508,50	603,88		
Agrícola+não agrícola	374,91	252,66	324,82	508,50	758,61	23,5	*
Não agrícola	371,54	228,21	342,13	535,39	729,65	24,6	*
Não agrícola	371,54	241,99	342,13	535,39	729,65	23,9	*
Conta própria	153,77	163,14	154,87	155,94	177,64	2,5	
Agrícola	137,02	154,15	145,88	138,04	150,11	0,7	
Pluriativo	178,91	183,02	182,58	161,75	222,13	3,1	
Agrícola+agrícola	173,05	151,86	146,39	110,84	153,50	-5,4	
Agrícola+não agrícola	195,12	199,29	209,66	190,85	250,38	4,7	
Agrícola+trab. dom.	102,47	148,44	89,66	90,63	123,29	-1,2	
Não agrícola	195,80	174,28	147,05	249,72	241,51	8,1	
Não agrícola	199,12	178,41	147,79	258,59	236,81	7,4	
Não agrícola+trab. dom.	-	-	141,95	188,32	310,45		
Empregados	120,46	125,93	130,04	126,36	121,07	0,1	
Agrícola	80,96	87,08	90,97	80,22	83,78	-0,1	
Agrícola	76,74	87,09	87,98	70,42	84,54	-0,2	
Pluriativo	123,44	135,53	139,50	108,34	114,36	-3,7	
Agrícola+não agrícola	184,83	172,84	177,75	135,00	152,92	-6,1	*
Agrícola+trab. dom.	75,07	99,07	80,36	82,54	75,78	-1,6	
Não agrícola	164,80	149,17	156,19	168,53	158,38	0,4	
Não agrícola	177,80	158,03	162,91	180,33	165,82	-0,1	
Não agrícola+trab. dom.	103,10	115,77	120,19	117,72	114,81	2,3	
Não ocupados	156,20	154,04	162,52	157,56	143,46	-1,5	

***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão *log-linear* contra o tempo.

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, junho de 2001.

As rendas médias *per capita* das famílias do tipo "empregadora total" apresentaram tendências de crescimento confiáveis, quer sejam agrícolas, quer sejam pluriativas ou

não agrícolas. No caso de tendência de evolução positiva das rendas médias *per capita* das famílias agrícolas, vincula-se especificamente à tendência de crescimento das rendas das famílias empregadoras com até dois empregados e agrícolas.[9] A explicação para essa tendência seria que, provavelmente, ao contrário dos outros tipos de famílias, estas últimas vêm tentando acompanhar as mudanças no ambiente econômico e social, sobretudo a reestruturação produtiva ocorrida na década de 1990 no país e no estado como um todo.

Esse grupo de famílias pode estar passando por um processo de adaptação às novas condições impostas pelo ambiente de mercado, o que conduz à emergência de um grupo de famílias muito eficiente do ponto de vista produtivo, capaz de acompanhar o processo de modernização crescente da agricultura no meio rural gaúcho. Todavia, há necessidade de pesquisas quantitativas localizadas para obter dados primários acerca das rendas das famílias e confirmar ou não os aspectos mencionados.

No que diz respeito às tendências de crescimento das rendas médias *per capita* das famílias pluriativas, refere-se especificamente às famílias que combinavam atividade agrícola com não agrícola (desejada ou pluriatividade intersetorial). Tanto as famílias de conta-própria como as de empregados não apresentaram evoluções (positivas ou negativas) em suas rendas *per capita*. A única exceção ficou por conta das famílias de empregados com pluriatividade desejada, que apresentaram uma tendência significativa de redução das rendas médias da ordem de 6,1% ao ano, para o que não temos ainda explicação adequada.

4 CONCLUSÃO

Algumas inferências podem ser realizadas tomando por base as informações apresentadas. A primeira refere-se à existência de uma tendência de crescimento no número de famílias na região analisada, tal fato que indica uma provável recuperação[10] demográfica do meio rural gaúcho, sem, contudo, se poder precisar onde possa estar ocorrendo, pois as variantes locais e regionais são muito grandes e os dados disponíveis não permitem uma maior desagregação do que a aqui apresentada.

---

[9] Por razão de espaço, deixamos de apresentar os resultados relativos a esse tipo de família, mas as informações disponíveis apontam para uma tendência de crescimento confiável da ordem de 25% ao ano no período 1995-99.

[10] O reconhecimento da recuperação da sociedade rural no estado do Rio Grande do Sul coloca novas questões em termos de elaboração e implementação das políticas de desenvolvimento rural, entre as quais a questão da preconização de estratégias que percebam o meio rural como de utilização múltipla e com uma diversidade de funções e atividades, as quais, na medida do possível, sejam compatíveis com os interesses e anseios das populações rurais e urbanas.

Ao contrário do que se poderia imaginar, essa recuperação ocorre não especificamente em razão do aumento do número de famílias pluriativas, mas das tendências de crescimento confiáveis do número de famílias ocupadas exclusivamente em atividades não agrícolas e não ocupadas, independentemente da posição da ocupação. Isso leva a concluir que, crescentemente, o meio rural gaúcho adquire uma nova função, ou seja, local de moradia, e que a recuperação ocorre com base no desenvolvimento de atividades não agrícolas.

No que diz respeito à pluriatividade, apesar de não apresentar tendência de crescimento confiável em nenhum tipo de família, cabe destacar um aspecto muito importante: a diminuição significativa do número de famílias de conta-própria com pluriatividade intersetorial e tradicional. Esses resultados confluem para explicações diferentes, embora complementares: em relação à diminuição da pluriatividade intersetorial, diz respeito muito mais à criação de um novo ambiente econômico, levando a que algumas empresas migrassem para outras regiões do país, configurando-se nas operações de *deslocalização* industrial. Em relação à diminuição da pluriatividade tradicional, enfatiza-se que a agricultura gaúcha aprofunda o processo de modernização agrícola[11] e de integração regional através do Mercosul, o que propicia a emergência de uma agricultura cada vez mais especializada e promove um forte processo de diferenciação social entre os produtores agrícolas, ensejando o desaparecimento de formas históricas de ocupação dos membros das famílias, em especial, naquelas que compõem o universo da "agricultura familiar".

Em relação às rendas médias para o conjunto de famílias, notou-se uma estagnação no período 1995-1999, explicada, provavelmente, porque os grupos de famílias conta-própria e de empregados, bastante numerosos no meio rural gaúcho, não estão conseguindo acompanhar o chamado *treadmill*[12] tecnológico da Revolução Verde. No grupo das famílias empregadoras destaca-se a tendência significativa de crescimento das rendas médias das famílias empregadoras com até dois empregados agrícolas, provavelmente porque, ao contrário das outras famílias, estão sincronizadas com as mudanças no ambiente econômico e social, especialmente com a reestruturação produtiva ocorrida com mais intensidade nos últimos anos.

---

[11] Estudo recente de Kageyama e Leone (2002) indica que os estados do extremo sul do Brasil (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) apresentaram padrões elevados de modernização agrícola, com substanciais quedas no emprego assalariado na agricultura.

[12] Significa esteira rolante, o que, nesse caso, quer dizer que o agricultor tem de incorporar cada vez mais tecnologias na sua produção para conseguir manter a mesma margem de lucro; na alegoria da esteira, como as inovações técnicas estão mais rápidas, o agricultor tem de acompanhá-las com cada vez mais velocidade, porém sem sair do lugar.

Quanto à composição das rendas médias, verificou-se que os seguintes grupos de famílias apresentaram uma proporção mais elevada de aposentadoria e pensões na composição de suas rendas: conta-própria agrícolas e conta-própria com pluriatividade tradicional e não desejada. Isso confirma o importante papel social e econômico desempenhado pelas rendas oriundas da Previdência Social, especialmente para as famílias mais pobres e pertencentes ao universo da agricultura familiar, fato que outros autores já comprovaram.[13]

A avaliação dos resultados da evolução das rendas *per capita* das famílias mostra também uma estagnação. Todavia, constatou-se que as rendas médias *per capita* das famílias agrícolas eram, em geral, as menores, independentemente do tipo de família considerada. Adicionalmente, vale dizer que as famílias com pluriatividade não desejada do grupo dos conta-própria e de empregados apresentaram as menores rendas *per capita*, indicando a precariedade desse tipo de combinação como meio de gerar bem-estar para esses conjuntos familiares.

Em síntese, três questões parecem ser fundamentais: a) o fato de a pluriatividade não se mostrar como um recurso importante no sentido de proporcionar melhores ocupações e rendas e, conseqüentemente, bem-estar para as famílias rurais no estado do Rio Grande do Sul na década de 1990, em virtude da estagnação econômica que prevaleceu nas últimas décadas, com operações de deslocalização industrial, bem como pela crescente modernização da agricultura, acelerada pela integração regional e pela ausência de estímulo para as famílias manterem as atividades agrícolas; b) o aumento da presença das atividades não agrícolas no seio de todas as famílias rurais, propiciando a recuperação demográfica da sociedade rural, mas com base em ocupações de baixa remuneração, resultado de um padrão concentrado da renda; c) a crescente importância social e econômica das aposentadorias e pensões para o segmento da agricultura familiar, em especial, para as famílias mais pobres.

Essas constatações, longe de encerrar a importância da análise da pluriatividade, despertam novas questões. Uma delas diz respeito à verificação da relação existente entre os indicadores de bem-estar (água canalizada, proveniência da água etc.) e os tipos de famílias. Há necessidade de verificar se rendas superiores se traduzem em melhora dos níveis de vida das famílias, como já foi atestado em outras pesquisas. Outra delas é de natureza metodológica, pois, ao tomar somente a semana como período de

[13] A pesquisa de Delgado e Cardoso (2000) confirma que as transferências da Previdência Pública desempenham um papel importante na reprodução dos pequenos agricultores familiares. Os autores ainda sugerem que uma previdência social combinada com a extensão dos serviços públicos para as áreas rurais constituiria um mecanismo importante para conter o êxodo rural e, mesmo, para funcionar como uma renda mínima para suporte da agricultura familiar de subsistência.

referência e levar em conta apenas a ocupação principal das pessoas, certamente se está superestimando o número de famílias com atividades exclusivamente agrícolas e, conseqüentemente, subestimando a pluriatividade entre estas. Essa questão é de real importância e poderá ser superada considerando um período de referência mais amplo, ou seja, o ano anterior. A superação desses desafios impõe a continuidade da pesquisa para aprofundamento desses aspectos, o que, obviamente, não poderá ser realizado no âmbito deste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURGEOIS, Lucien. *Políticas agrícolas*. Instituto Piaget. 1993. 155p. (Coleção Biblioteca Básica de Ciência e Cultura).

DELGADO, Guilherme; CARDOSO JR., José Celso. *Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil*. Brasília: Ipea, 2000.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro*: 1981-1995. 1999. 220f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas. Campinas, São Paulo.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GRAZIANO DA SILVA, José. Ocupações e rendas rurais no Brasil. In: ORNA'S: OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS. *Anais*... Londrina, PR: Iapar 2000. p. 35-54.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo et al. O fim do êxodo rural? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXXIX. *Anais*... Recife, PE: Sober, 2001.

HOFFMANN, Rodolfo. A subdeclaração dos rendimentos. *São Paulo em Perspectiva*, v. 2, n. 1, p. 50-54, jan./mar. 1998.

KAGEYAMA, A.; LEONE, E. T. Trajetórias da modernização e emprego agrícola no Brasil, 1985-1996. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 40, n. 1, p. 9-25, 2002.

MACKINNON, N. et al. Pluriativity, structural change and farm household vulnerability in Tho Wester Europe. *Sociologia Ruralis*, v. XXX, n. 1, p. 58-71.

MELO, Hildeti Pereira de. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. In: *Cinco estudos de casos sobre serviços no Brasil*. Rio de Janeiro. MICT. 1998.

NASCIMENTO, Carlos Alves. *Evolução das famílias rurais no Brasil e grandes regiões*: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Rural non-farm employment and incomes in Brasil: patterns and evolution. *World Development*, v. 39, n. 3, p. 443-453, 2001.

VASCONCELOS, José Romeu de; FRAQUELLI, Antônio Carlos. *Rio Grande do Sul*: economia, finanças públicas e investimentos nos anos de 1986/1996. Brasília: Ipea. Texto para Discussão. Nº 625. 1999.

SYNOPSIS

EVOLUTION OF OCCUPATIONS AND INCOMES OF RURAL FAMILIES: RIO GRANDE DO SUL, IN THE 90S

This work analyses occupation and income evolution of rural families in the State of Rio Grande do Sul in the nineties. The data was extracted from National Researches of Household Samples - PNADs covering the period from 1992 to 1999. Estimates show that traditional and intersectorial pluriactivity shrank among small household farmers and that the average income remained without change. Retirement and pension incomes acquire larger meaning in income composition of groups of families classified as agricultural self-employed households, traditional pluriactivity and not-wanted pluriactivity. In a general view, the agricultural income and other incomes tend to be lower while no-agricultural, retirement and pension incomes increase. Self-employed and employee families with not-wanted pluriactivity have lower income per capita, this fact indicates a poorer combination of activities.

Key words: pluriactivity, rural development, occupation and income.

SINOPSIS

EVOLUCIÓN DE LAS OCUPACIONES Y RENTAS DE LAS FAMILIAS RURALES: RIO GRANDE DO SUL, AÑOS 90

Este artículo analisa la evolución de las ocupaciones y rentas de las familias del medio rural del Estado del Rio Grande del Sul en los años 90. El artículo se apoya en los datos de la Pesquisa Nacional de la Muestra de Domicílos (PNADs) en el período 1992-1999. Las estimativas revelan que: la pluriactividad intersectorial e tradicional se encuentran en disminución entre las familias del universo de la agricultura familiar. La renta media de las familias permaneció estancada; la proporción de las rentas de jubilación y pensión ha tenido mayor significado en la composición de las familias de cuenta-propia agrícola y cuenta-propia con la pluriactividad tradicional y no-desejada y las rentas per capitas *son menores en las familias con pluriactividad no-desejada en el grupo de familias cuenta-propia y de empleados, apuntando la precariedad de este tipo de combinación.*

Palabras-clave: pluriactividad, desarrollo rural, empleo y renta.